



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000310-35.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **IP - 407/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **WELINGTON NUNES PETRONILO**
 Vítima: **Alvaro Aparecido Donisete Ferreira**

Réu Preso

Aos 15 de setembro de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu WELINGTON NUNES PETRONILO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo foi o réu interrogado. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: WELINGTON NUNES PETRONILO, qualificado a fls.100, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, §2º, inciso I, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque em 27.11.14, por volta de 17h30, na Rua Comendador Alfredo Maffei, 2230, Loja 3, em São Carlos, tentou subtrair para si, mediante grave ameaça exercida com emprego de faca, anunciou o assalto, exigindo dinheiro do caixa, contra a vítima Priscila Aparecida Ferreira, sendo que o delito somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente. **A ação é improcedente por insuficiência de provas**. Não se conseguiu encontrar a vítima, apesar dos esforços para esse fim, daí a desistência a fls.150. Como a única testemunha não presenciou os fatos e a inquirição da vítima era fundamental para a elucidação da autoria, a hipótese é de absolvição por insuficiência de provas, o que o Ministério Público requer. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição por insuficiência de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** VISTOS. WELINGTON NUNES PETRONILO, qualificado a fls.100, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, §2º, inciso I, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque em 27.11.14, por volta de 17h30, na Rua Comendador Alfredo Maffei, 2230, Loja 3, em São Carlos, tentou subtrair para si, mediante grave ameaça exercida com emprego de faca, anunciou o assalto, exigindo dinheiro do caixa, contra a vítima Priscila Aparecida Ferreira, sendo que o delito somente não se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente. Recebida a denúncia (fls.111), houve citação e resposta escrita, sendo o recebimento mantido, sem absolvição sumária (fls.137). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação por meio de gravação audiovisual (fls.218/219). Houve a desistência da inquirição da vítima, não localizada (fls.150). Hoje foi o réu interrogado, encerrando-se a instrução. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por insuficiência de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “*não se conseguiu encontrar a vítima, apesar dos esforços para esse fim, daí a desistência a fls.150. Como a única testemunha não presenciou os fatos e a inquirição da vítima era fundamental para a elucidação da autoria, a hipótese é de absolvição por insuficiência de provas*”. De fato, sem prova colhida sobre o contraditório, a absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** WELINGTON NUNES PETRONILO com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Os presentes assinaram o presente termo, colocado à disposição dos interessados, nos termos N.S.C.G.J. Não havendo interesse na entrega de cópias, os termos assinados ficarão arquivados em cartório. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):